

## Delegacia da Mulher: plantão urgente

Margareth Zanardini

A instituição de plantões para algumas delegacias de polícia, em consonância com a Central (situada na Av. Silva Jardim junto ao 1.º Distrito), foi uma das melhores idéias oriundas da Secretaria de Segurança do Paraná, assim que seu novo titular, Dr. Rolf Koerner Júnior, assumiu e cuja presença com certeza imprimirá novos contornos à área, visto que sua experiência como advogado poderá contribuir para a melhoria da filosofia de trabalho neste setor.

Provindo ele da classe dos causídicos (satisfeitíssimos, especialmente os criminalistas, em ter alguém da classe nesta pasta) bem sabe das imensas dificuldades por que passa a população pela falta de atendimento nestes estabelecimentos públicos fora do horário comercial.

Para aprimorar ainda mais a prestação deste serviço essencial reiteramos a nossa sugestão até agora não acatada por nenhum dos governos anteriores - a de que haja expediente ininterrupto nas Delegacias da Mulher. Sabe-se que a maioria das agressões de competência da mesma ocorrem exatamente de sexta-feira à noite a domingo quando aquelas especializadas não têm funcionários de plantão. Tal omissão tem gerado um sintoma negativo de descrédito junto às camadas que dela necessitam.

Além, para que tal delegacia melhor cumprisse seus fins seria importante que nela se afixassem cartazes informativos sobre a seriedade de uma investigação policial e, em linguagem acessível, que se explicasse a significação de crimes de alçada pública e a impossibilidade técnica de se "retirar a queixa" como erradamente falam os leigos quando querem exprimir - para o procedimento oriundo da "notitia criminis".

Isto porque, em nível nacional, tais delegacias têm cumprido um papel distorcido do almejado muitas vezes entendida como local para "dar um susto" "ou até de aconselhamento matrimonial.

O Paraná poderia tornar-se exceção deixando de trilhar estes caminhos errados e primar pelo real objetivo do inquérito policial

deixando para os setores de assistência social e psicológica o encaminhamento dos problemas deste nível no que tange à manutenção da entidade familiar. Não se trata de insensibilidade, mas de fazer com que a instituição seja mais respeitada.

Da mesma forma que somos peremptoriamente contra distritais que se prestam a tornar-se espécie de empresas de cobrança de cheques sob ameaça de inquéritos ou até pedidos de prisão preventiva, não comungamos com a visão de finalidade assistencial de uma estrutura cuja incumbência é a de promover a segurança pública e assegurar as garantias individuais...

Já que nossa cultura (ou falta de) impõe a existência da necessidade deste tipo de serviço potencialmente demonstrador de discriminação, que seja ele dotado de recursos humanos e materiais para que efetivamente funcione sob pena de ser retórico e nada pragmático.

Ou então, que se digne acatar o novo secretário a sugestão que apresentamos já há dois anos aqui na Gazeta (11/10/92) após críticas construtivas anteriormente publicadas, de que cada delegacia distrital, ou, pelo menos a Central, tivesse um cartório especializado em atendimento feminino, dando-se preferência a escritivas.

É mais, que a Associação das Mulheres de Correria Jurídica e/ou Conselhos Municipais e Estadual da Condição Feminina mantivessem, igualmente, uma advogada de plantão para eventuais necessidades em caso de desrespeito nas dependências policiais. Ainda, que se providenciasse os serviços de assistência social e psicologia para dar atendimento a casos menos graves - antes, sempre antes - de se iniciar a investigação pois da forma como estão as coisas tal delegacia corre o risco de cada vez mais ser desrespeitada e inoperante.

Outrossim, que tais plantões também sejam efetivos - dotados de funcionários, automóveis e infra-estrutura.

Temos certeza que o pedido de providências a respeito desta vez será, enfim, ouvido.

(Margareth Zanardini, advogada)